

Polícia, Política e a Partilha do Sensível – Um olhar a partir da política para Escolas Sustentáveis

La Policía, Política y la Compartir de lo sensible - Una mirada desde la política hacia las escuelas sostenibles

Police, Politics and the Sharing of Sensitive - A look from the policy for Sustainable Schools

Ma. Sandra Lilian Silveira Grohe¹

Resumo

Este artigo tenta pôr em discussão os conceitos de polícia e política, de acordo com o pensamento de Jacques Rancière, relacionando-os a promoção da partilha do sensível em uma instituição de ensino, localizada no município de São Leopoldo (RS), que se propôs a caminhar em direção a educação para a sustentabilidade. Será referido a estes conceitos alguns processos relacionados à implementação da política para escolas sustentáveis do Ministério da Educação, salientando o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, a Unidade Executora (UEX) e a Comissão pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA).

Palavras-Chave: Escolas Sustentáveis; Partilha do sensível; Polícia; Política.

Resumen

Este artículo intenta por discutir los conceptos de policía y política, de acuerdo con el pensamiento de Jacques Rancière, relacionándolos con la promoción del compartir el sensible en una institución de enseñanza, ubicada en el municipio de São Leopoldo (RS), que se propuso a caminar hacia la educación para la sostenibilidad. Se relacionarán con estos conceptos algunos procesos relacionados con la implementación de la política para escuelas sostenibles del Ministerio de Educación, destacando el Programa Dinero Directo en la Escuela – PDDE, la Unidad Ejecutora (UEX) y la Comisión de Medio Ambiente y Calidad de Vida (COM-VIDA).

Palabras claves: Escuelas Sostenibles; Compartir el sensible; La policía; La política.

Abstract

This article tries to discuss the concepts of police and politics, according to the thinking of Jacques Rancière, relating them to the promotion of sharing the sensitive in a teaching institution, located in the municipality of São Leopoldo (RS), which proposed to move towards education for sustainability. A number of processes related to the implementation of the MEC's sustainable school policy will be related to these concepts, highlighting the Direct Money in School Program (PDDE), the Executing Unit (UEX) and the Commission for the Environment and Quality of Life (COM-VIDA).

Keywords: Sustainable Schools; Sharing the sensitive; Police; Policy.

1. Introdução

O pensamento do filósofo Jacques Rancière está estritamente relacionado à teoria em torno da “partilha do sensível”. Rancière denomina a partilha do sensível como "o sistema

¹ Doutoranda em Educação. Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES. E-mail: sandragrohe@gmail.com.

de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p.15) Segundo, Longman e Viana (2010), a "política, para ele, é essencialmente estética, ou seja, está fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística". A política e a polícia

[...] são dois modos antagônicos dessa configuração. A polícia não é, (...) o poder sobre os corpos, e sim a configuração da comunidade como totalidade orgânica, definida de maneira exaustiva por suas funções, seus lugares e suas identidades. A política, ao contrário, é a configuração da comunidade que abre essa totalidade, que faz intervir sujeitos suplementares que não são partes do corpo social, mas formas de subjetivação de um litígio. (NATÉRCIA, 2005).

Para Machado (2013), baseado em Laclau e Mouffe (1985), a polícia está relacionada ao conjunto de organismos (instituições e relações formais públicas) que amparam o Estado e garantem a ordem da sociedade civil. Poderíamos relacionar a este conceito o governo, que institui um Estado, organizando as pessoas no espaço do “visível e invisível” e em concordância, a partir de suas próprias individualidades.

A polícia é uma atividade que difere conforme o período e o contexto, podendo haver uma polícia mais brutal ou mais doce e amável, como é o caso das constantes pesquisas de opinião pública, e sua consequente divulgação, por exemplo, sobre a questão ambiental, e a importância de resolver os problemas relativos à água, ao aquecimento global e à destruição da Amazônia. Dificilmente se contesta a legitimidade desses problemas, e todas as discussões, consideradas pelos meios midiáticos como políticas, são tentativas de buscar soluções para essas questões. (BARCHI, 2014a, p. 240).

Já a política teria o papel de movimentar esses arranjos, interferindo no que está visível e declarado, possibilitando a verificação das “relações de (des) igualdade entre quaisquer pessoas ou grupos de pessoas [...] expandindo assim o campo da democracia”. Porém, não podemos confundir todo e qualquer movimento entre as pessoas com este conceito, nem “toda a relação social seria uma relação política, pois isto acarretaria um esvaziamento do conceito e nos impediria de identificar os processos sociais que trazem implicações políticas substanciais” (MACHADO, 2013, p. 40).

Mesmo que, aparentemente, polícia e política sejam uma o contraponto da outra, para Rancière, existe um vínculo inerente entre as duas. Uma não existe sem a outra. Ambas, as configurações estariam promovendo a “partilha do sensível”, mesmo que, com princípios adversos, estariam conectadas em suas ações. "A partilha do sensível leva a uma noção de descontinuidade ao criar condições e capacidades de percepção, para indivíduos e comunidades políticas" (GOMES, 2014, p.107).

Segundo Rancière, a partilha do sensível “se funda numa partilha de espaços, tempos

e tipos de atividades que se determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). Na partilha do sensível é possível que o invisível se torne visível e o não ouvido seja audível.

De acordo com o que entendemos por polícia e política, conforme Rancière, podemos identificar, sem muito esforço, as instituições de ensino envolvidas pela ordem policial e, mesmo que não seja visível aos nossos olhos, abarcam a lógica da partilha do sensível. São espaços políticos porque são policiais. Constituem-se em espaços passíveis de subjetivações e de possibilidades políticas.

Mas como pensar a partilha do sensível em instituições de ensino que se propuseram a seguir a política para escolas sustentáveis do Ministério da Educação (MEC)?

Segundo Trajber e Sato (2010),

[...] as escolas sustentáveis querem envolver escola e comunidade em pequenos projetos ambientais escolares comunitários, considerando o sujeito [estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem com o local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais.

As escolas sustentáveis passam a ser promotoras da Educação Ambiental, a partir do processo dialógico, envolvendo a todos em busca da transformação (LOUREIRO, 2004). Neste sentido, em 2012, com o objetivo de fortalecer a implementação de escolas sustentáveis no Brasil, foi assinada pelos ministros de Estado da Educação e ministra de Estado do Meio Ambiente a PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 883, DE 5 DE JULHO DE 2012 (BRASIL, 2012). Alguns dos objetivos desta portaria buscam proporcionar atitudes responsáveis e comprometidas da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais de modo a:

- Fortalecer a educação ambiental nos sistemas de ensino;
- Fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas de educação e de meio ambiente;
- Apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade, contribuindo para que se constituam em espaços educadores sustentáveis a partir da articulação de três eixos: gestão, currículo e espaço físico;
- Criar e fortalecer as COM-VIDAS - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais;
- Fortalecer a participação da juventude na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e incentivá-la a contribuir com a solução dos problemas socioambientais.

O desafio deste artigo, é o de discutir a partir destes objetivos para a implementação de escolas sustentáveis a lógica da partilha do sensível, relacionando-a a uma instituição de ensino pública localizada no município de São Leopoldo (RS)².

2. A polícia no emaranhado de papéis

A polícia e política partem de duas lógicas, a da separação e da igualdade de competências. “A lógica da Polícia é a lógica da separação de competências; isto é, que existe uma competência específica para governar as pessoas. A lógica da Política é a lógica da igualdade de competências entre todas as pessoas.” (PINTO, 2010).

Uma experiência significativa a ser analisada a partir destas duas lógicas é a ocorrida no ano de 2013 no Brasil. As escolas públicas municipais, estaduais e distritais, foram incentivadas a: participar da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA)³, formar suas Comissões pelo Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAs), criar seus projetos de ação, de acordo com os problemas encontrados na escola e comunidade e, enviar seus projetos para o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A COM-VIDA é uma instância de participação no qual diversos atores da escola estarão representados em um processo democrático e participativo de construção da agenda ambiental escolar. Ela possibilita o debate sobre questões socioambientais, relacionando-as com os demais temas transversais, com a qualidade de vida, com os direitos humanos e com a prevenção de riscos e emergências ambientais. (MEC, 2017, p. 10).

De acordo com observações e anotações realizadas durante encontros periódicos com a COM-VIDA de uma instituição pública de ensino de São Leopoldo (RS) no ano de 2014, foi possível perceber alguns fatos que possibilitaram pensar sobre as concepções de política, polícia e a partilha do sensível, trazidas por Jacques Rancière.

O primeiro fato remete a polícia entendida como aquela distinta do conjunto das organizações e forças de combate e de defesa (Marinha, Exército e Força Aérea), sendo aquela que “distribui os corpos no espaço de sua invisibilidade ou visibilidade e coloca em

² Elegi essa instituição por fazer parte de minha pesquisa de campo durante o mestrado em educação. Para identificar a partilha do sensível, utilizei como ferramenta as anotações realizadas durante o vivido nesse espaço escolar.

³ A CNIJMA é "uma estratégia de mobilização de estudantes, adolescentes e jovens de todo o país visando promover a reflexão, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, além de estimular a proposição de ações e projetos no contexto da temática socioambiental, considerando seus desafios e alternativas, no âmbito da escola e de seu entorno, em conformidade com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 02/2012. (MEC, 2018)".

concordância os modos de ser, do fazer e do dizer que convêm a cada um” (RANCIÈRE, 1995, p. 50). Neste convir, não haveria abertura para deslocamentos. "A política teria como função principal perturbar esse arranjo, intervindo sobre o que é definido como visível e enunciável" (MARQUES et al. ,2015, p.30). A política procura desfazer a

[...] ordem policial, tornando em discurso aquilo que parecia somente ser barulho, e deixando a olhos vistos o que não era tido como existente. Qualquer coisa pode vir a ser política, e não o que já é necessariamente política. Um movimento é político quando exige e exerce a diferença, expondo-a e mantendo-a viva perante o consenso até então estabelecido. (BARCHI, 2014a, p.240).

Neste sentido é analisada uma das instituições de ensino que participou da IV CNIJMA, a partir de 2013, e deveria receber verbas, através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Escolas Sustentáveis⁴, para investirem em seus projetos de ação.

Conforme a Resolução CD/FNDE nº 18 de 21 de maio de 2013, as escolas poderiam receber valores de acordo com o número total de alunos.

Número de alunos	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (80%)	Capital (20%)	Total
Até 199	6.400,00	1.600,00	8.000,00
200 a 499	8.000,00	2.000,00	10.000,00
500 a 999	9.600,00	2.400,00	12.000,00
Acima de 999	11.200,00	2.800,00	14.000,00

Figura 1: Número de alunos e repasse

Fonte: BRASIL (2013, p. 5)

Muitas escolas, por não realizarem a prestação de conta, preenchendo as planilhas do PDDE, não receberam essas verbas. Segundo a diretora de uma das escolas beneficiadas, as planilhas do PDDE “levam muito tempo para serem preenchidas e concluídas”, e o problema maior não está no preenchimento destas planilhas e sim no “emaranhado de papéis” que chegam às instituições, indo além do PDDE. Foi identificado que a proposta do PDDE- Escolas Sustentáveis é uma entre muitas. Para a diretora o ideal seria o preenchimento das planilhas com o auxílio da comunidade escolar, principalmente os professores.

Observou-se a existência de muitas propostas e projetos positivos criados pelo MEC

⁴ O PDDE, foi implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de descentralizar e promover a autonomia da escola, dando condições para a participação da sociedade nas determinações e no acompanhamento das políticas.

para as escolas⁵, mas que estavam causando o acúmulo e sobrecarga de tarefas, principalmente sobre a direção escolar e, conseqüentemente, refletindo nos docentes e comunidade escolar. Esse modo de organização acaba por provocar a não participação de muitas instituições escolares em diversos projetos que trariam recursos materiais e financeiros.

Aqui a ordem policial se manifesta no emaranhado de papéis, dificultando a manifestação da ordem política. O que se observa é a dificuldade para o “alargamento do sensível”, pois o emaranhado de papéis dificulta o rompimento desta ordem e, também, impede que a escola usufrua de recursos que trariam benefícios em prol da comunidade.

O segundo fato observado foi referente à outra questão de ordem policial estabelecida pelo MEC. Para que as escolas tenham acesso a esses recursos financeiros, tornou-se imprescindível a concepção de uma unidade executora (UEX), a quem cabe receber e gerir os recursos transferidos.

A Unidade Executora é uma associação, sem fins lucrativos (também chamada de Associação de Pais e Mestres, Caixa Escolar, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Cooperativa Escolar, etc), composta de pessoas da comunidade, interessadas em promover o bom funcionamento da escola pública e melhorar a qualidade do ensino, com participação ativa e sistemática na sua gestão administrativa, financeira e pedagógica. Constitui-se, sobretudo, no mecanismo que foi capaz de possibilitar a efetivação da política governamental de descentralização de recursos públicos e do exercício do controle social das ações implementadas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (MEC/FNDE, 2000).

A intenção do governo foi a de que os recursos financeiros chegassem direto na escola e que este não fosse administrado apenas por uma pessoa (diretora), mas por um grupo de pessoas, descentralizando a gerência e promovendo a participação. Mesmo assim não se configurou como um espaço político e partilhado, pois não promoveu a “igualdade de competências entre todas as pessoas”. Apenas um grupo reduzido de pessoas faziam parte da UEX, sendo que muitos nem sabiam que esta unidade existia.

O interessante é observar que o projeto parte de uma ampliação do sensível, inserindo, inclusive, valores ambientais nos projetos político-pedagógicos, “a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global” (BRASIL, 2013, p.2), porém a própria lógica policial da administração

5 Exemplos: Brasil Alfabetizado, Escola Que Protege, Escola Aberta, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Mais Educação, entre outros.

pública impede que a partilha do sensível seja de fato desafiada.

Os conceitos trazidos por Rancière nos ajudam a contrapor a efetivação das demandas dos movimentos internos e externos a escola, os processos de subjetivação política e a lógica burocrática do Estado. Cabe estarmos atentos a estes movimentos e identificá-los, a fim verificar as relações de (des) igualdade.

3. A Com-Vida e a partilha do sensível

Como vimos no tópico anterior, todas as escolas públicas municipais, estaduais e distritais de todo o Brasil foram incentivadas a criar suas COM-VIDAs. “O principal papel da COM-VIDA é realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, e contribuir assim para um dia a dia participativo, democrático, inclusivo, animado e saudável.” (BRASIL, 2012)

Ao acompanhar a implementação da COM-VIDA, verificou-se que desde o início, o objetivo do grupo foi pensar e buscar soluções para os problemas da escola e do bairro. Nesse espaço e tempos foi possível evidenciar a política para educação sustentável. Durante o processo de participação na CNIJMA, a escola recebeu da Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (SMED/SL) documentos que norteavam para a realização das conferências.

Desde então, foi criada uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – COM-VIDA, na qual incluía a elaboração de um Projeto de Ação, a criação de um material de educomunicação para divulgação das ações; escolhida uma delegada e suplente. Foram realizadas conferências na escola e identificados os problemas socioambientais na comunidade. Entre os problemas encontrados na escola estavam a violência física e verbal entre os alunos, a depredação e o descarte impróprio de resíduos no pátio da escola. Na comunidade foram identificadas a falta de lixeiras, descarte indevido de resíduos, queimadas, contaminação e poluição do arroio, ausência de áreas de lazer, violência e falta de segurança.

Com base nos problemas levantados foi criado o projeto "Água Viva" com o objetivo de "sensibilizar a comunidade local para os perigos e consequências de se conviver próximo a locais com água contaminada e poluída" (GROHE, 2015, p.94). A COM-VIDA a partir do projeto teve a intenção, além de sensibilizar, também de chamar atenção da comunidade para a responsabilidade com o arroio e o lugar onde vivem, sendo este um bem comum.

Seguindo as orientações do livreto "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas

Sustentáveis", quanto à importância de divulgar o projeto às autoridades locais, pois desta forma, seria possível “de fato transformar a realidade e influenciar a política pública do lugar onde vivemos” (BRASIL, 2012, p.44), o projeto foi apresentado aos representantes das secretarias municipais de Educação, Meio Ambiente, Serviços Públicos e Serviço de Água e Esgoto.

A COM-VIDA, além de apresentar o projeto escrito, inclui fotografias tiradas em saídas de campo, na qual revelou o que não estava visível aos olhos dos gestores e provocou desconforto. Assim como os convidou para uma saída de campo pelo bairro. De onde estavam às autoridades não poderiam ver a realidade encontrada, elas precisavam, olhar, ouvir e sentir, para entender.

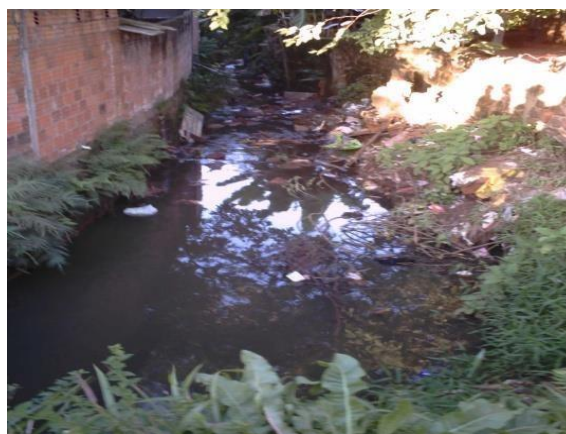


Figura 1: Arroio poluído e contaminado
Fonte: Própria autora, 2014.

O que não era visto, foi revelado e o que não era dito, foi falado. Os alunos relataram seus problemas e manifestaram seus desejos. Esse movimento foi tão tocante, que possibilitou mudanças significativas na vida dos (as) alunos (as) e, conseqüentemente, na comunidade.



Figura 2: Área Verde Ocupada
Fonte: A própria autora, 2014

Segundo Rancière, “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2005, p. 17). A partir dos primeiros encontros das autoridades com a COM-VIDA, um grupo foi criado denominado Movimento Bairro Melhor, com objetivos de

possibilitar o protagonismo comunitário; sensibilizar a comunidade para a importância de preservar o bairro onde vivem; e estimular a construção de uma identidade de pertencimento com o espaço social e ambiental, visando a qualidade de vida. (EMEF SANTA MARTA, 2017).

Formado por integrantes da COM-VIDA, vice-prefeito, associação do bairro, representantes de secretarias, entre outros, este grupo passou, fora da escola e dentro da escola, a realizar encontros para discutir sobre possíveis ações que trariam melhorias para o bairro e escola.



Figura 3: Movimento Bairro Melhor
Fonte: A própria autora, 2014

E aqui, parece-nos que a ordem policial foi rompida, pois uma nova configuração de papéis, linguagens, espaços e tempos se estabeleceram. Tanto a voz do vice-prefeito quanto a voz dos (as) alunos (as) foram ouvidas, tratando-se de criar mundos a partir de uma partilha do sensível, ou seja, uma reconfiguração do espaço e do tempo, a partir da qual se transformam os limites entre o que é ou não visível, o que é ou não enunciável. A partilha do sensível se instituiu a partir de uma relação horizontal, onde não se estabeleceu uma luta política e nem um exercício de forças e sim um compartilhar com.

4. Considerações finais

O que foi observado durante a pesquisa de campo pode ter se aproximado do pensamento de Jacques Rancière em relação à política, polícia e a partilha do sensível,

principalmente quando se refere ao trabalho realizado pela COM-VIDA e pelo Movimento Bairro Melhor. Pode-se observar que as instituições de ensino públicas, a partir de políticas de educação para a sustentabilidade, pertencem a uma ordem policial e, ao mesmo tempo, podem ser espaços de discussões e da promoção da partilha do sensível, devido à criação de políticas que regulamentam e normatizam um conjunto de pensamentos e vivências práticas.

Quanto ao emaranhado de papéis, foi observado que devido à existência de muitas propostas e projetos ofertados às escolas, causam o acúmulo e sobrecarga de tarefas. Neste ponto e a partir das constatações, quem mais sofre as consequências com as demandas burocráticas é a direção escolar e, por conseguinte, toda a comunidade escolar. A ordem policial manifestada no emaranhado de papéis é observada como uma das dificuldades para que os projetos voltados para a educação para a sustentabilidade sejam implementados como o idealizado. O “alargamento do sensível” é dificultado pelo não rompimento da ordem policial e, também, a escola acaba por ser impedida de usufruir dos recursos que trariam benefícios em prol da comunidade.

A participação dos (as) alunos (as) na COM-VIDA e no Movimento Bairro Melhor possibilitou mudanças significativas em suas vidas e, conseqüentemente, no vivido na comunidade. A partir do projeto desenvolvido, a escola passou a ser vista como referência em educação ambiental no município, assim como a comissão foi convidada a participar de diversos eventos fora do espaço escolar. Esses desdobramentos, ainda que iniciais, foram se configurando em outros modos de “ser, ver e dizer”, assim como, possibilitando outros modos de perceber o mundo. Estes processos emancipatórios partem do inventado, de ações inovadoras, criadas a partir de um conjunto de ações ainda inexistentes.

A COM-VIDA e o Movimento Bairro Melhor se configuraram como movimentos políticos, pois refletem a diferença, tendo como pano de fundo a igualdade de competências. Enquanto promotores da educação ambiental, como potencial transformador, a política perpassa entre ambos como “um exercício de diferenças, onde cada situação é um mosaico de discursos, verdades e saberes (BARCHI, 2014b). A partir do diálogo horizontal entre os diferentes atores envolvidos com o processo de construção de escolas sustentáveis, a educação ambiental passa a ser percebida como um processo dialógico (LOUREIRO, 2004), fundamentado nos princípios da sustentabilidade como possibilidade e alternativa para a transformação a partir da escola. Foram também mobilizadores de arranjos pré-determinados, interventores no visível, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental na escola e seu entorno, o alargamento do sensível, da participação da comunidade, assim como contribuintes na transição da escola para espaço educador

sustentável.

Referências

BARCHI, Rodrigo. Entre a atividade política e a ação policial: sobre a institucionalização das relações que envolvem a educação e o meio ambiente. *Pro-Posições*. v. 25, n. 3, p. 229-247. 2014a.

BARCHI, Rodrigo. Educação Ambiental e Política. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 22 jan 2014b. Disponível em: <http://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/527145/educacao-ambiental-e-politica>. Acesso em: 03 out 2018.

BRASIL. *Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola* / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. 3. ed., rev. e ampl. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Resolução CD/FNDE n° 18 de 21 de maio de 2013*. Manual Escolas Sustentáveis. 2013.

BRASIL. *Portaria Interministerial n° 883, de 5 de julho de 2012*. Dispõe sobre a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Diário Oficial da União. 6 jul 2012, MEC, pag. 24.

EMEF SANTA MARTA. *Objetivo do Movimento Bairro Melhor – MBM*. Disponível em: <https://escolasantamartasaoleopoldo.blogspot.com/2017/03/objetivo-do-movimento-bairro-melhor-mbm.html>. Acesso em: 02 out 2018.

FERREIRA, Bernardo. *O risco do Político: Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004.

GOMES, Pedro. Partilha do Sensível. *Revista Brasileira de Bioética*. 2014, pp.106- 109.

GROHE. Sandra L.S. *Escolas sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo - RS*. Porto Alegre, 2015. 135 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Educação, PUCRS.

LONGMAN, Gabriela. VIANA, Diego. Rancière: *A política tem sempre uma dimensão estética*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em 01 set 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental, intitulado. *Fundamentos da Educação Ambiental: retomando o debate* São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MACHADO, Frederico Viana. *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação Política e Identidade: Contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Revista de Psicologia Política*. v. 14, p. 11, no prelo 2013.

MARQUES, A. C. S.; OLIVEIRA, A. K. C.; LELO, T. V. Política, polícia, estética e cenas dissensuais: desafios impostos à pesquisa em Comunicação no diálogo com Rancière. *Líbero (FACASPER)*, v. 18, p. 29-42, 2015.

MEC. *V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente*. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/v-cnijma/apresentacao>. Acesso em: 08 set 2018.

MEC. Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas. Disponível em: http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/passopasso_vcnijma_11112017.pdf. Acesso em: 08 set 2018.

MEC/FNDE. *Resolução n. 08, de 08 de março de 2000*. Brasília, 2000.

NATÉRCIA, Flávia. Entrevista: Jacques Rancière. *Ciência e Cultura*. São Paulo. 2005.

PINTO, Filipe. *Trinta Notas para uma Aproximação a Jacques Rancière*. Disponível em: <http://www.artecapital.net/opiniao-99-filipe-pinto-trinta-notas-para-uma-aproximacao-a-jacques-ranci%C3%A8re>. Acesso em: 01 set 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34. 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *El Tiempo de La Igualdad: Diálogos sobre a política y estética*. Barcelona: Herder. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *La Méésentente – politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. Ten Thesis on Politics. In: CORCORAN, S. (ed.). *Dissensus: On Politics and Aesthetics*. London: Continuum, 2010, p. 27-43.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. especial, p. 70--78, 2010.